

Dois lados da moeda

Categories : [Reportagens](#)

Na sexta-feira (28/03), terminou o ciclo de audiências públicas do licenciamento ambiental da usina nuclear de Angra 3, com uma reunião Ubatuba (SP). A história desta fase, no entanto, começou no último dia 25, quando representantes do Ibama, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Eletronuclear, sociedade civil e da empresa responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental se reuniram para conversar sobre o projeto no late Clube de Aquidabã, em Angra dos Reis.

Em junho do ano passado, o mesmo local foi palco da primeira audiência da iniciativa que pretende ressuscitar o Programa Nuclear Brasileiro, criado na década de 70 pelo governo militar. Mas, pelo que se viu na terça-feira, a população local permanece com muitas dúvidas sobre o impacto social e ambiental que a terceira estação da central Almirante Álvaro Alberto pode causar. Questões como a destinação final dos rejeitos radioativos e o plano de evacuação dos moradores no caso de acidente foram recorrentes.

A energia elétrica produzida através da fissão do urânio enriquecido artificialmente ainda gera muitas dúvidas. Há argumentos fortes tanto com relação aos seus benefícios, quanto aos riscos. **O Eco** conversou com duas pessoas de opiniões absolutamente contrárias sobre a nova planta. As entrevistas com Iukio Ogawa, superintendente de licenciamento e meio ambiente da Eletronuclear, e José Rafael Ribeiro, coordenador da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ) aconteceram um pouco antes do diretor interino de Licenciamento do Ibama, Valter Muchagata, iniciar a audiência pública do late Clube, em Angra dos Reis.

De acordo com Ogawa, a população que vive no entorno do local escolhido para erguer Angra 3 pode ficar tranquila: não há qualquer risco da usina liberar material radioativo para a atmosfera. “A estrutura conta com várias barreiras (para cortar a radiação), os operadores são treinados para enfrentar essas situações anormais, e há vários sistemas de alarme, detenção e monitoração para orientar a ação de nossos trabalhadores. Então, o projeto já é voltado para reduzir a níveis insignificantes a possibilidade de um acidente”, diz.

Já Ribeiro enxerga perigos latentes. Segundo ele, ainda não existe solução para a destinação final segura dos rejeitos radioativos em nenhum lugar do mundo. Além disso, sugere que o plano de evacuação montado pela estatal é ineficiente e conta que há trabalhadores temporários expostos à radiação nos momentos de parada das usinas. “Se o empreendedor levasse os problemas a sério, não iria construir uma planta no nível do mar, sendo que há previsões de que ele vai se elevar nos próximos anos. Será o primeiro cemitério nuclear submerso”, lamenta.

Para conferir às duas entrevistas na íntegra, clique nos arquivos abaixo

[Entrevista com Iukio Ogawa, superintendente de licenciamento e meio ambiente da Eletronuclear.](#)

[Entrevista com José Rafael Ribeiro, coordenador da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica \(SAPÊ\).](#)